

## De quem é do ramo

Dívida Ext

Qual seria a saída honrosa, não leonina, para o impasse físico da dívida externa do Brasil e da América Latina?

Quem responde é o pessoal do ramo, gente que entende do riscado, exatamente os operadores do mercado: os executivos financeiros das empresas privadas, das empresas estatais e do próprio setor bancário. Eis a resposta: a saída honrosa, civilizada, está no restabelecimento das bases que vigoravam no sistema financeiro internacional até o final da década passada. A recuperação do juízo político do sistema começaria por três decisões técnicas: a) espichamento dos prazos para a dívida já contratada; b) rebaixamento dos juros para menos de 7% ao ano; c) congelamento das taxas nesse patamar histórico, vigente ao longo pós-guerra.

Os executivos financeiros do Brasil foram pesquisados pela empresa de consultoria Arthur Andersen, por encomenda da Febraban — Federação Brasileira de Bancos. A questão da dívida encaixa-se numa avaliação do futuro do setor bancário na economia brasileira, tirada de um programa de debates, painéis, consultas e enquetes que teve a duração de um ano. Ela custou aos bancos cerca de 200 mil dólares.

Para 76% dos executivos financeiros consultados, o espichamento dos prazos com rebaixamento (e congelamento) dos juros é uma solução tecnicamente viável no presente e tende a ser uma solução politicamente viável no futuro — que não está longe. Dentro de mais um ou dois anos, no agravamento da **debt crisis**, o próprio bloco dos credores (banqueiros e governantes) descobrirá que a "operação retorno" (aos termos de 1978) será uma saída única, sem alternativa, acima de qualquer consideração. Descartada a moratória, claro.

De pleno acordo. Pagar a dívida nos prazos contratados e a juros de mercado (sob pressão da dívida pública dos Estados Unidos) deixou de ser uma questão de honra para o devedor bem comportado. Não vai dar para pagar ou para continuar pagando. Já virou uma impropriedade de física aplicada, tal qual o cidadão da anedota que teima em sair do chão puxando os próprios cabelos.

Os profissionais das finanças, em atividade no Brasil, ainda acreditam na racionalidade do sistema financeiro internacional e passam ao governo brasileiro o seguinte recado: em se engrossando, dá. O retratamento da dívida externa não dispensa o muro na mesa: o lado credor ainda não se arrepiou com a implosão do lado devedor e parece longe de avaliar o risco maior: na quebraadeira em cascata dos endividados em dólar, porque depenados

nas taxas do juro e atrofiados nos termos da troca, as perdas serão dos bancos e respectivos acionistas, poupadores e congressistas. Para o Terceiro Mundo, o **crash** que se aproxima será uma solução: a suspensão de uma remessa anual de juros da ordem de US\$ 120 bilhões, exatamente US\$ 10 bilhões por mês.

Os executivos financeiros do Brasil entendem que os bancos privados do Atlântico Norte, com sua **exposure** de quase um trilhão de dólares no Terceiro Mundo, deveriam facilitar, ao máximo, o repatriamento dessa poupança mastodôntica via restauração da saúde física e mental da clientela inadimplente. Não basta apostar na panacéia do "plano baker", com sua quirela de US\$ 20 bilhões, em três anos, para 112 fatias.

Essa "ajuda", colocada em plenário do FMI, em Seul, equivale a apenas dois meses de remessa de juros.

Do outro lado da mesa quadrada, a mesma constatação. Pesquisa do Council of America junto aos executivos financeiros de Wall Street sobre as reações ao "plano baker" — que passa pela criação de um superbanco mundial para a reinjeção de **fresh money** nas veias dos devedores desmaiados — desvenda os sentimentos na área dos **money center banks**:

a) remoldo de remorso repentino, o sistema admite que exagerou na dose dos juros e deve aliviar a carga dos mutuários com urgência — falta apenas descobrir o jeito de fazer a coisa;

b) a oferta de dinheiro novo, via superbanco, driblaria o atual impedimento do excesso de **exposure** dos bancos privados — que não se anima a colocar mais dinheiro bom por sobre o dinheiro ruim, sob a patrulha dos acionistas irados;

c) o expediente do superbanco teria de desfrutar de garantias reais ou de avais governamentais (governos do lado credor), sob a justificativa da sobrevivência física do sistema bancário a perigo.

Os executivos financeiros de Nova Iorque, fazendo o contraponto da pesquisa da Febraban, coçam a cabeça: o aval dos governos não passa pela cabeça dos congressistas americanos e europeus e muito menos pelo bolso dos contribuintes ou pelo voto dos eleitores.

E o pior: o rebaixamento (com congelamento) dos juros para o patamar de 7% ao ano (para uma inflação interna de 3,5%) não é nenhum absurdo, desde que o sistema financeiro consiga rebaixar e congelar a taxa de juros para menos de 5% ao ano na ponta da captação do recurso.

Isso vai depender da vontade soberana de pelo menos 150 milhões de poupadores nos dois lados do Atlântico Norte.

A decisão não é dos bancos.